

Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação

Área de estudos: Sistema Financeiro Nacional e repressão aos ilícitos administrativos e à criminalidade financeira

Projeto Coletivo: Desenvolvimento e empresa no mercado

Linha de Pesquisa 1: Poder, cidadania e desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

Evolução da pesquisa na UFMG

2014/2019	Instrumentos jurídicos de mobilização de crédito	Colaboração: Davi Monteiro Diniz; Leandro Novais e Silva; Marcelo de Oliveira Milagres; Lucas Alves Freire
2019/ atual	Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação - Grupo de pesquisa CNPq	Colaboração: Davi Monteiro Diniz; Fábio Queiroz Pereira; Leandro Novais e Silva; Marcelo de Oliveira Milagres; Lucas Alves Freire
2020/2021	Sistema Financeiro Nacional: negócios, regulação e tutela nas áreas do processo administrativo e penal - Área de estudos no PPGD	Parceria: Luís Augusto Sanzo Brodt Colaboração: Davi Monteiro Diniz; Fernando Galvão; Henrique Balduino Machado Moreira; Juliana Cordeiro de Faria; Juliano Pinheiro Lima; Leandro Novais e Silva; Paulo Roberto Coimbra da Silva
2022/atual	Sistema Financeiro Nacional e repressão aos ilícitos administrativos e à criminalidade financeira - Área de estudos no PPGD	Parceria: Luís Augusto Sanzo Brodt Colaboração: Carlos Ragazzo; Cristiano Cozer; Davi Monteiro Diniz; Eliane Coelho Mendona; Henrique Balduino Machado Moreira; Flávio José Roman; Juliana Bortolini Bolzani; Leandro Novais e Silva; Lucas Alves Freire; Marcel Mascarenhas dos Santos; Marcelo Madureira Prates; Marcus Paulus de Oliveira Rosa

Área de estudo

Sistema Financeiro Nacional e repressão aos ilícitos administrativos e à criminalidade financeira

Propõe-se a entender os **propósitos da regulação do Sistema Financeiro Nacional**, verificando-se com base nos ditames constitucionais aplicáveis, em que medida há **harmonia entre os institutos jurídicos privados e públicos** postos para **alcançar os objetivos identificados**. Para realizar o estudo proposto, em observância dos contornos da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, examina-se **sujeitos e instrumentos jurídicos** – atos e negócios jurídicos; títulos de crédito; títulos e valores mobiliários – que utilizam para **exercer profissionalmente a atividade de movimentação de recursos financeiros no Sistema Financeiro Nacional e Internacional**, sua **regulação estatal e autorregulação**. Abrange também a compreensão a respeito da atividade de **supervisão e punição** realizada por **reguladores** em relação aos agentes que atuam profissionalmente no Sistema Financeiro Nacional. Nesse contexto, particular atenção é dedicada ao estudo da **criminalidade financeira**, como ramo de especial relevância do chamado **Direito Penal Econômico**. Sob a perspectiva das diretrizes que o modelo do Estado Democrático de Direito confere ao Direito Penal brasileiro, com adoção dos **postulados do direito penal mínimo e garantista**, bem como do método do direito comparado, a fim de estabelecer interlocução com os principais modelos alienígenas, parte-se do **exame da legitimidade da intervenção penal na atividade econômica**, para identificar no sistema financeiro a existência de **autênticos bens jurídicos a serem tutelados** e, por fim, cuida-se dos **crimes em espécie**.

Justificativa para pesquisar a questão

- 1) Constantes inovações no SFN e na sua regulação
 - 2) Necessidade de produção e publicação de conhecimento atualizado que responda à questão com a abordagem proposta
 - 1) Interesse no SFN – evolução estudos
 - Cédulas de crédito (Mestrado/UFMG)
 - Autonomia privada e regulação do mercado financeiro (PPGD/FUMEC)
-

Desenvolvimento do projeto

- 1) Vagas de mestrado e doutorado no PPGD
- 2) Ensino no PPGD
- 3) Ensino na Graduação em Direito
- 4) Extensão
- 5) Pesquisa
 - 5.1) Iniciação científica
 - 5.2) Trabalho de conclusão de curso
 - 5.3) Dissertação de mestrado
 - 5.4) Tese de doutorado
 - 5.5) Produções científicas



9 hastes

Abordagem metodológica

Exploratória	Proporciona maior familiaridade com o problema, ressaltando os reguladores, os regulados, a atividade que exercem, os atos que praticam, os instrumentos jurídicos que utilizam e sua regulação estatal e autorregulação. Auxilia na sua explicitação e na construção de hipóteses tanto no SFN quanto no SPB
Descritiva	Permite compreender o objeto de pesquisa , como a moeda, o crédito, os títulos e os valores mobiliários, permitindo entender as suas características e variáveis.
Explicativa	Auxilia a Identificar os fatores que determinam, por exemplo, a criação da instituição de pagamento e da conta de pagamento, permitindo análise de normas e outros documentos para decompor o objeto investigado.
Propositiva	Resulta em proposições de: - Conceitos como o de banco, a dimensão subjetiva e objetiva de fundo de investimento, a classificação de contas de depósito. - Enquadramento técnico dos objetos estudados em categorias jurídicas próprias, após evidenciar o uso alegórico das palavras pelo Estado (leis, normas, outros documentos oficiais), pela doutrina e pelos agentes do mercado. - Mudanças, por exemplo, quanto à criminalização inadequada da falta de forma escrita do contrato celebrado pela ESC ou no que se refere à menção aos objetivos nas normas editadas pelo CMN e pela CVM

Procedimento técnico utilizado

Para coleta e análise de dados		
Aqueles em que se valem das chamadas fontes de “papel”	Bibliográfica Documental	Diretas/Indiretas Primárias/Secundárias
Aqueles, cujos dados são fornecidos com base na observação dos agentes, atos que praticam e resultados que produzem	Estudo de caso	

Quanto à temporalidade

Estudo longitudinal	Um estudo longitudinal busca avaliar a mesma variável, num mesmo grupo, com duas ou mais mensurações dessas variáveis ao longo de um período de tempo. Ex.: Análise dos custos regulatórios de 3 bancos e 3 fundos de investimento em direitos creditórios
Estudo transversal	Busca avaliar a mesma variável numa única mensuração, em grupos diferentes de sujeitos. Ex.: Comparação das atividades e dos riscos entre SEP, SCD, IP e ESC; Comparação dos custos de regulação entre bancos e fundos

Quanto às técnicas de estudo

Raciocínio indutivo	Parte de dados particulares e localizados e se dirige a constatações gerais – Ex. Equity crowdfunding; objetivos da regulação CVM e CMN; comparação entre SEP, SCD, IP e ESC
Raciocínio dedutivo	Parte de dados gerais para a constatação de um fenômeno particular – Ex. Pix; regulação de contas; caracterização de banco; ESC e crimes; ESC, capital limitado, custo regulatório e taxa de juros
Raciocínio indutivo-dedutivo	Combinação dos dois raciocínios anteriores – na maioria dos trabalhos
Raciocínio hipotético-dedutivo	Proposição de soluções com base em conjecturas que podem ser submetidas a um teste de “falseamento”. Ex. Comparação entre Sociedade de Factoring, SCD e ESC

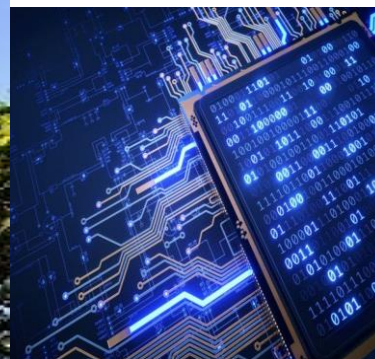
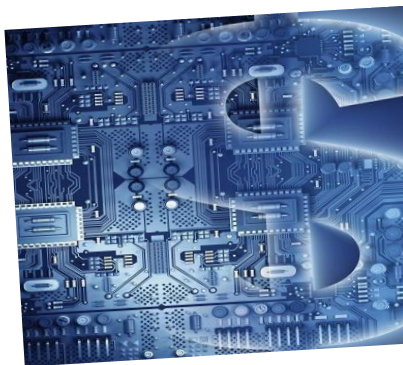
Desenvolvimento dos trabalhos

- 1) Escolha de questão a ser investigada – não respondida/publicada; interesse discente x abrangida pelo problema de pesquisa
 - 2) Delineamento da pergunta, da hipótese e do sumário provisório do texto final
 - 3) Orientação sobre método de levantamento e análise de dados
 - 4) Produção de texto de 10 páginas
 - 5) Debate de ideias
 - 6) Reformulação dos elementos do item 2
 - 7) Elaboração de projeto de pesquisa
 - 8) Produção escrita de cada capítulo/tópico seguida de revisão e debate de ideias
-

Em 2023, ênfase em:

Regulação a cargo do Banco Central do Brasil

Inovações tecnológicas



Resultados

8 anos

Disciplinas		Orientações concluídas		Publicações		Empregos no mercado	
No PPGD	10	IC	7	Livro	2	CLT	mín. 5
Na graduação em Direito da UFMG	2	TCC	18	Capítulo de livro	11	Estagiário	mín. 2
		M	8	Texto em periódico	13		
		D	1	Texto em Anais	2		

2014/2019

Instrumentos jurídicos de mobilização de crédito

Disciplinas

2014/2º – *Instrumentos jurídicos de mobilização de crédito – Usos empresariais: cédula de crédito*, com a colaboração de Davi Monteiro Diniz e Leandro Novais e Silva

2015/2º – *Usos empresariais do crédito: relações essenciais entre o direito das obrigações e a regulação dos mercados financeiro e de capitais*, com a colaboração de Davi Monteiro Diniz e Leandro Novais e Silva (5 leis)

2016/2º – *Instrumentos jurídicos de mobilização do crédito - Regulação do mercado financeiro e de capitais*, com a colaboração de Davi Monteiro Diniz e Leandro Novais e Silva (BCB + casos)

2016/1º – *Tópicos sobre regulação do mercado financeiro e de capitais I* (graduação), com a colaboração de Davi Monteiro Diniz (casos)

2017/1º – *Negociação empresarial de crédito e regulação do mercado financeiro*, com a colaboração de Davi Monteiro Diniz, Leandro Novais e Silva e Marcelo de Oliveira Milagres (SPB + patrimônio)

2018/1º – *Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB e a negociação empresarial no mercado financeiro*, com colaboração de Davi Monteiro Diniz, Leandro Novais e Silva, Marcelo de Oliveira Milagres e Lucas Alves Freire (moeda + atividade IF + contratos)

2018/2º a 2022/2º – *Direito Empresarial III* (graduação). Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação

IC

Orientações

2018. Fernanda Marinho Antunes de Carvalho. A Regulação do Banco Central do Brasil sobre as fintechs com recorte para as diferenças entre a sociedade de crédito direto – SCD e a sociedade de fomento mercantil – factoring

2017. Arthur Magalhães de Andrade. As Resoluções CMN n. 4.553 e n. 4.557 e as Estruturas de Gerenciamento de Risco e de Capital

2016. Arthur Maia. O Swap Cambial, o Banco Central do Brasil e a Política de Gestão da Dívida Pública Federal Pedro Daniel Carneiro Gama Rocha de Freitas. Noções gerais sobre o mercado financeiro para o aluno de graduação

TCC

2017. Fernanda Barbosa Pinheiro Silva. O uso do recibo de depósito bancário no âmbito da atividade da fintech de mútuo que atua como correspondente de instituição financeira.

2016. Ana Sílvia Rabelo. As sociedades de intermediação e as sociedades distribuidoras de valores mobiliários.

2016. Lorraine de Paiva Cunha. OS meios consensuais de resolução de conflitos no processo administrativo sancionador do Banco Central do Brasil: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação.

Dissertação

2017. Rodrigo Rocha Feres Ragil. A regulação das formas de captação coletiva de recursos pela internet mediante emissão de valor mobiliário

2017. Arthur Salles de Paula Moreira. Programas de fidelização e milhagem: análise jurídica do modelo de negócio.

Tese

2017. Marina Grimaldi de Castro. A tipicidade do contrato de previdência complementar aberta e o regime jurídico conferido ao patrimônio formado com base nas contribuições realizadas pelos participantes.

Publicações

NEVES, Rubia Carneiro et al. Um exercício de verificação da observância dos objetivos estatais para regular os mercados bancário e de valores mobiliários em normas do CMN e da CVM. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 14, n. 2, Dez. 2020. p. 116-135.

_____. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul./dez. 2018.

_____. REIS. Maira Luísa Estanislau. As “fintechs de mútuo” são instituições financeiras? *Revista de Direito Empresarial*. v. 15, n. 1, jan. abr. 2018. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

2019

Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação

Disciplinas

2019/1º — *The financial intermediation: official currency; credit; security* (graduação)

2019/1º — *Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação* com ênfase para mapear os objetivos da regulação estatal sobre a atividade bancária e a atividade de negociação de valores mobiliários, com colaboração do Prof. Davi Monteiro Diniz

2019/2º — *Proteção da Confiança nas Relações Contratuais, Intermediação profissional de recursos financeiros e Regulação* — DINTER UEA/UFGM, Manaus/Amazonas, em parceria com o Prof. Fábio Queiroz Pereira

Orientações

IC

2020. Gabriel Pichioni Rezende. Riscos sistêmicos decorrentes da atuação das fintechs de crédito e o controle do Banco Central do Brasil por meio do Sandbox Regulatório

TCC

2020. Gabriel Trindade Silva De Brito. Análise das negociações de criptoativos para fins de caracterização de valor mobiliário e incidência de competência regulatória da CVM.

2019. Mauro Heleno Galvão Filho. Alterações da regulação brasileira normativa e prudencial sobre os derivativos após a crise financeira de 2008.

Dissertação

2019. Alissa Cristina Campos. Do bail in no Brasil: reorganização societária e patrimonial da instituição financeira em crise.

2019. Estela Sucasas dos Santos. Fundo de investimento em participações – FIP como instrumento de estímulo à inovação.

Publicações

CARVALHO, Fernanda Marinho Antunes. NEVES, Rubia Carneiro. Negociação de Créditos por Sociedade de Fomento Mercantil (faturizadora), Sociedade de Crédito Direto (fintech de mútuo) e Empresa Simples de Crédito (ESC): regulação estatal e atuação do Banco Central do Brasil. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 14, n. 1, Set. 2020. p. 74-91. Disponível em <<https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1056>>.

DINIZ, Davi Monteiro. NEVES, Rubia Carneiro. Do controle público da moeda: a criação do Federal Reserve System dos EUA em 1913. In: (Coord.) SANTIAGO, Marcus Firmino. TOLEDO, Cláudia Mansani Queda De. *Transformações na ordem social e econômica e regulação*. Florianópolis: CONPEDI, 2019. Disponível em <https://www.academia.edu/41494263/DO_CONTROLE_PUBLICO_DA_MOEDA_E_DO_CREDITO_A_CRIACAO_DO_UNITED_STATES_FEDERAL_RESERVE_SYSTEM_EM_1913>.

Nova área de estudos – Parceria com Luís Augusto Sanzo Brodt e Davi Monteiro Diniz

2020 Sistema Financeiro Nacional: negócios, regulação e tutela nas áreas do processo administrativo e penal

Disciplinas

2020/1º – *Sistema Financeiro Nacional: negócios e regulação*, com ênfase para o *Sistema de Pagamentos Instantâneo*, com a colaboração de Prof. Davi Monteiro Diniz e do Leandro Novais e Silva

2021/1º – *Estrutura do Sistema Financeiro Nacional, serviços especializados ofertados no mercado de valores mobiliários e regulação*, com a colaboração de Davi Monteiro Diniz, Henrique Balduino Machado Moreira, Fernando Galvão, Juliana Cordeiro de Faria, Juliano Pinheiro Lima e Paulo Roberto Coimbra da Silva

2022 Sistema Financeiro Nacional e repressão aos ilícitos administrativos e à criminalidade financeira

Disciplina

2022/1º – *Novas fronteiras do Sistema Financeiro Nacional e a regulação a cargo do BACEN ou da CVM*, com a colaboração de Carlos Ragazzo, Cristiano Cozer, Davi Monteiro Diniz, Henrique Balduino Machado Moreira, Flávio José Roman, Juliana Bortolini Bolzani, Leandro Novais e Silva, Lucas Alves Freire, Marcel Mascarenhas dos Santos, Marcelo Madureira Prates e Marcus Paulus de Oliveira Rosa

IC

Orientações

2022. Caio Figueiredo Diniz. A possível dependência das corretoras de valores mobiliários em relação aos bancos para oferecer depósito e saque de moeda aos seus clientes

Em andamento:

2023. Yasmin Oliveira Melgaço Ramos. Possíveis impactos da CBDC na política monetária brasileira

TCC

2022. Samuel Vieira de Castro Júnior. Uma análise da flexibilização regulatória do sandbox da Susep aplicada ao contrato de seguro automotivo.

2022. Luísa Vilaça Gomes da Silva. Perspectivas de incremento do uso da portabilidade de crédito no Brasil com a implantação do Open banking: resultados parciais.

2022. Guilherme da Silva Alves Motta. Perspectivas do estágio atual da discussão para a implementação da central bank digital currency no Brasil.

2022. Enzo Gabriel Polignano Dutra. Uma análise das salvaguardas previstas na autorregulação B3 que podem minimizar a ocorrência de caso similar ao da GAMESTOP.

2022. Caio Hataka Barbosa. Limites à adoção da prova indiciária nos processos administrativos que apuram a conduta de insider trading secundário no mercado de valores mobiliários.

Em andamento:

2023. Samuel Portes Barcelar Gabrich Ferreira. As instituições intermediárias e os assessores de investimento: estratégias de mitigação de responsabilização no contrato de distribuição de valores mobiliários

2023. Mateus Almeida Nogueira. Reflexões acerca das alterações promovidas pela Lei n. 13.874/2019 sob os fundos de investimento em participações

Orientações

Dissertação

2022. Felipe De Almeida Lambertucci. Fundo de investimento em direitos creditórios e banco: diagnóstico comparativo entre negócios jurídicos utilizados na coleta e repasse de recursos financeiros e a respectiva regulação

2022. Daniel Rodrigues Costa. Precatórios: negócios, mercado e regulação

Em andamento:

2023. Lucas Alves Freire. O Banco Central do Brasil e controle do Sistema de Pagamentos Instantâneo

2023. Péricles Pereira Pinto. Os direitos dos cotistas minoritários de FIDCS

2023. Sara Leal Pazzini. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado na estrutura de gerenciamento de risco social das instituições financeiras brasileiras conforme a agenda ESG

2023. Vivian Costa Marques. A regulação da atividade exercida pelos consultores, analistas, de valores mobiliários, agente autônomo de investimento e administrador de carteira de valores mobiliários

Tese em andamento:

2026. Estela Sucasas dos Santos. Segregação de patrimônios do fundo de investimento imobiliário - FII

2024. Ciro Costa Chagas. Lavagem de capitais e blockchain (Coorientação) – Orientador: Luís Augusto Sanzo Brodt.

2024. Regis Anderson Dudena. Regulação da Inovação no Sistema Financeiro. Mecanismos regulatórios frente à revolução tecnológica do mercado bancário

2023. José Marcelo de Castro Lima Filho. O incremento do desenvolvimento socioeconômico do Amazonas por governança congruente dos recursos aportados no FMPES, FTI e no FUNDO da UEA com os objetivos da política pública da Zona Franca de Manaus

2023. Leila Bitencourt Reis da Silva. As barreiras à entrada no mercado de crédito e o risco como justificativa para o atual desenho regulatório face ao anacronismo da noção de instituição financeira.

Publicações

NEVES, Rubia Carneiro (Org.). *Novas Fronteiras do Sistema Financeiro Nacional v.1*. Belo Horizonte: Expert, 2022.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. NEVES, Rubia Carneiro. Empresa Simples de Crédito, Intervenção penal e as Teorias de Winfried Hassemer e Juarez Tavares. *Revista Justiça do Direito*. v. 35, n. 2, 2021, p. 62-94.

NEVES, Rubia Carneiro; SILVA, Leila Bitencourt Reis; COSTA, Daniel Rodrigues. *A Regulação das contas de depósito e inovações da Agenda BC#*. São Paulo: Instituto Propague. 2021.

_____; RAGIL, Rodrigo Rocha Feres. O *crowdfunding* de investimento em números no Brasil e a perspectiva de ampliação de seu acesso à população brasileira. *Revista Opinião Jurídica*. v. 20, n. 35, p. 21-60, set./dez. 2022.

_____. et al. Pontuais alterações na estrutura do SPB para implantar o SPI/Pix e seus benefícios para a população. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 15, n. 1, Out. 2021. p. 32-45.

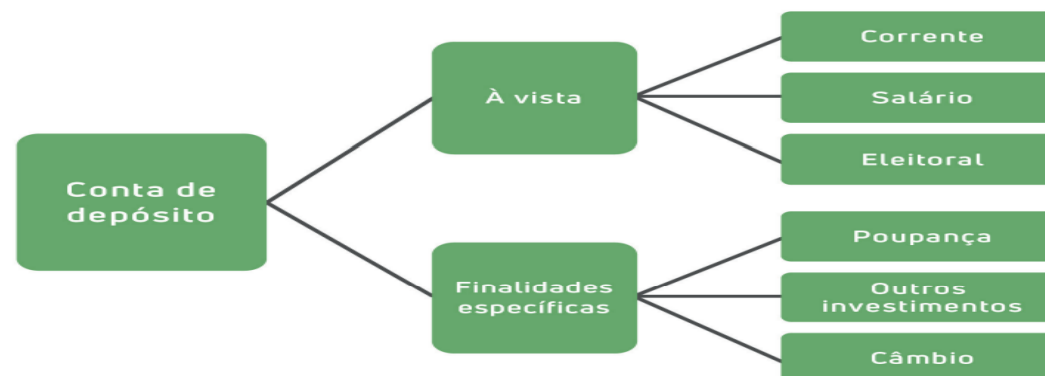
_____ et al. *Regulação das contas de depósito e inovações da Agenda BC#*. São Paulo: Instituto ProPague, 2021.

_____ et al. Um exercício de verificação da observância dos objetivos estatais para regular os mercados bancário e de valores mobiliários em normas do CMN e da CVM. *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central*. v. 14, n. 2, Dez. 2020. p. 116-135.

2020 – Efeitos Jurídicos das Recentes Inovações Regulatórias – Meio Eletrônico, Open Banking e Sandbox Regulatório – sobre as Contas de Depósito – Instituto ProPague

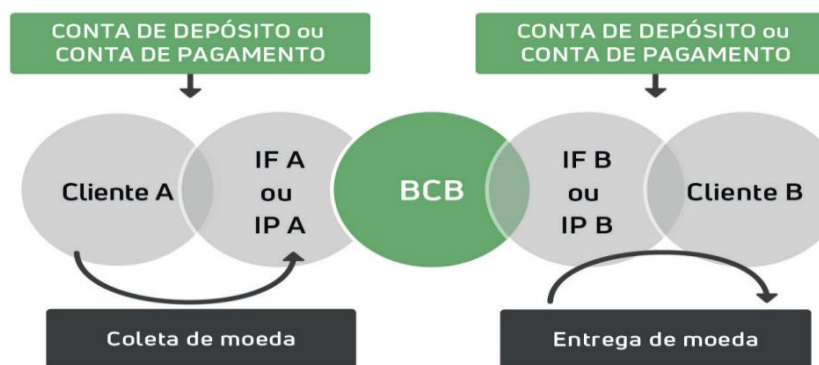


Figura 1 — Tipos de contas de depósito



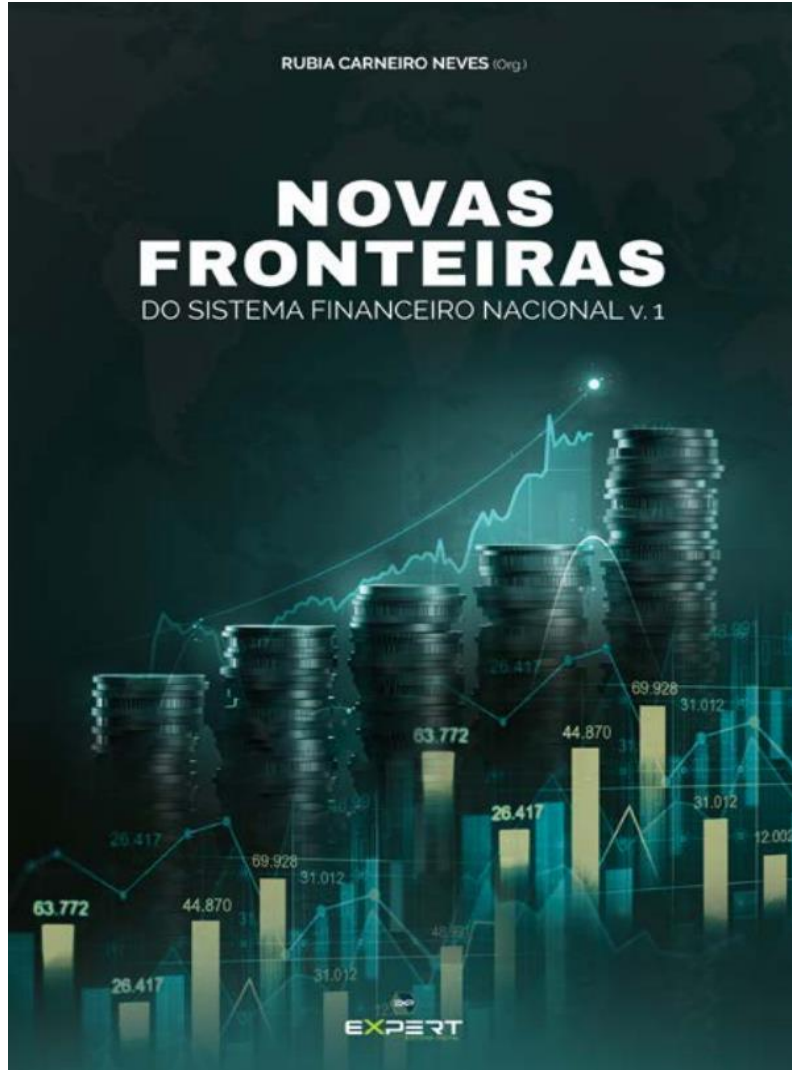
Fonte: elaboração dos autores.

Figura 5: Transações entre contas de depósito ou pagamento no STR



Fonte: elaboração dos autores.

Influência que o uso intensivo de meios eletrônicos, mecanismos digitais e da internet vem promovendo no Sistema Financeiro Nacional



Capítulo 1 Regulação do Sistema Financeiro Nacional

Capítulo 2 Problemas da sociedade da informação e open banking: seria essa uma solução?

Capítulo 3 A regulação como impulsionadora da tecnologia: o caso dos pagamentos digitais no Brasil

Capítulo 4 PIX como um case de sucesso: análise do boletim BIS sobre a experiência brasileira

Capítulo 5 Convergência digital nos meios de pagamentos: moeda, Pix, Real Digital e criptoativos em cooperação

Capítulo 6 Mercado financeiro e de pagamentos: balizamentos jurídicos das principais entidades que atuam nesses segmentos da economia

Capítulo 7 A atuação concorrente da instituição de pagamento com os bancos comerciais: uma opção regulatória associada a novas tecnologias e indícios de benefícios à população brasileira

Capítulo 8 Ser ou não ser: um ensaio jurídico sobre o fenômeno dos bancos digitais

Capítulo 9 Inovação tecnológica aplicada aos correspondentes bancários e agentes de crédito: uma contribuição para a expansão do Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil

Capítulo 10 A obrigatoriedade das duplicatas escriturais no mercado de FIDC: uma análise das normas aplicáveis e a insegurança jurídica decorrente do atual posicionamento do STJ

Capítulo 11 Os limites da educação financeira no Brasil: pontos de (des)encontro entre serviços educacionais e a análise de valores mobiliários

Capítulo 12 Lavagem de capitais e *blockchain*: métodos alternativos de regulação



OBRIGADA!

rubiadneves@ufmg.br